





### Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Mauro Augusto  
Burkert Del Pino  
Vice-Reitora: Profa. Dra. Denise  
Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Denise  
Marcos Bussolleti  
Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Alvaro Luiz Moreira  
Hypolito  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Luciano  
Volcan Agostini  
Pró-Reitor Administrativo: Antônio Carlos de Freitas Cleff  
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Luiz  
Osório Rocha dos Santos  
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Sérgio Eloi Teixeira  
Wotter  
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Evaldo Tavares Kruger  
Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Ediane Sievers  
Acunha  
Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr. Aulus  
Mandagará Martins

#### CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo  
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.  
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana  
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.  
Francisca Ferreira Michelon | Prof. Dr. Vítor Hugo Borba  
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof. Dr.  
Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera Lucia  
Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

#### INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

#### NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Veronica Medeiros dos Santos

**HISTÓRIA EM REVISTA** – Publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPEL)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)  
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)  
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFP)  
Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)  
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos  
Aires).  
Prof. Tommaso Deti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

#### Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

#### Impresso no Brasil

Edição: 2015/2016

ISSN – 1516-2095

#### Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica. Instituto de Ciências  
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.  
v.21/v.22, (dez. 2015/ dez. 2016). – Pelotas:  
Editora da UFPel, 2015/2016.  
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de  
Documentação Histórica. Instituto de Ciências  
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat  
Online Computer Library Center

PEDE-SE PERMUTA  
WE ASK FOR EXCHANGE

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

\* Obra editada e publicada em dezembro de 2017

volume  
**21**

dezembro 2016  
ISSN 1516-3635

volume  
**22**

dezembro 2016  
ISSN 1516-3635

ICH - UFPEL

OPINIÃO PÚBLICA JK PORTO MST GRANDE HOTEL  
REVOLTA DOS MARINHEIROS BUENOS AIRES  
AMÉRICA LATINA JORNAL DO BRASIL  
RIO GRANDE SÃO LOURENÇO MUCKERS DO SUL  
RAÇA **TRABALHO** PIRATINI  
PARTEIRAS DIÁRIO POPULAR MULHERES ANTIGONA  
CATIVOS SANTA MARIA IMPRENSA  
PELOTAS **HISTÓRIA** ORAL



**H**istória em revista

revista do núcleo de documentação histórica



# DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO NO GOVERNO JK: A RUPTURA COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL SOB Á PERSPECTIVA DA IMPRENSA

DILEMMAS OF DEVELOPMENT IN JK GOVERNMENT: THE BREAKING WITH THE INTERNATIONAL MONETARY FUND UNDER PRESS PERSPECTIVE

Rafael Ganster<sup>1</sup>

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o posicionamento da grande imprensa carioca frente ao “rompimento” do governo de Juscelino Kubitschek em relação às políticas econômicas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), episódio ocorrido no quarto ano do governo (1959) e que nos permite compreender a complexidade do modelo de desenvolvimento adotado no país, bem como sua apresentação/representação nos meios de comunicação. Par delimitarmos nossa análise, selecionamos três dos jornais cariocas com maior circulação e prestígio no período, são eles: **O Globo, Jornal do Brasil e Última Hora**. Cabe ressaltar que, segundo a historiografia, tais periódicos alinham-se a correntes ideológicas distintas, possibilitando a análise de diferentes abordagens sobre o tema e sua circulação no meio social.

**Palavras-chave:** Juscelino Kubitschek. Imprensa. FMI

---

## Introdução

Caracterizado por um processo de industrialização intensivo, levado a cabo principalmente através do modelo de substituição de importações (ISI), o governo de Juscelino Kubitschek foi sem dúvida um período de grande expansão industrial no país. Porém, se no âmbito político a historiografia compreende este governo como de relativa “estabilidade”, baseada principalmente na aliança PTB-PSD e no apoio do exército – personificado na figura do general Lott, no campo econômico as disputas entre diferentes modelos de desenvolvimento nacional mantiveram-se em pleno debate. Além das disputas entre modelos Liberais e Desenvolvimentistas, problemas como a inflação e endividamento externo vieram a intensificar ainda mais estas disputas ao longo do governo de Juscelino. Após sucessivas mudanças em cargos estratégicos do aparato administrativo – incluindo o Ministério da Fazenda, e a fracassada tentativa de execução efetiva do Plano de Estabilização Monetária (PEM), a postura adotada pelo governo frente ao “receituário” econômico proposto pelo FMI constitui-se como ponto chave para analisarmos diferentes

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail para contato: rafael.ganster@acad.pucrs.br.

aspectos da política-econômica do presidente JK. Sendo assim, a análise de sua repercussão nos meios de comunicação, bem como o posicionamento de tais veículos acerca do tema, nos permite compreender como, transpondo às esferas política e econômica, tal assunto foi difundido e repercutido no meio público.

Buscando apresentar de maneira objetiva o conteúdo deste trabalho, dividimos o texto em três partes, além, é claro, desta pequena introdução. Na primeira seção apresentamos os principais aspectos do planejamento econômico do governo JK, sintetizado no conhecido “Plano de Metas”. Na seção que se segue, buscamos demonstrar, através da bibliografia disponível, alguns dos pontos de desequilíbrio econômico do governo, bem como o debate entorno das possíveis ações a serem tomadas pelo então presidente Juscelino Kubitschek frente às recomendações do Fundo Monetário Internacional. A terceira e última seção aborda a repercussão nos jornais do chamado “rompimento” do governo com o FMI, buscando salientar a forma como cada periódico noticiou o fato e, através dos editoriais publicados, identificar o posicionamento dos mesmos frente ao assunto.

## **O “Plano de Metas” e a experiência brasileira de desenvolvimento planejado**

Durante as eleições de 1955, Juscelino percorreu o Brasil difundindo seu slogan de “50 anos em 5”, palavras que ficaram gravadas na história como símbolo do seu governo. Diferente de qualquer outra campanha vista até então, Juscelino apresentou levantamentos estatísticos e relatórios elaborados por economistas para embasar suas propostas de governo, utilizando uma linguagem totalmente distinta com a qual buscava legitimar seus projetos. O documento central do que viria a ser o futuro governo de JK consistia em um relatório puramente econômico conhecido como “Plano de Metas”.

Formulado com base em levantamentos anteriores, o documento formulado por Roberto Campos e Lucas Lopes sintetizava as ações a serem tomadas pelo governo tendo em vista o desenvolvimento da economia nacional a partir da dinamização do setor industrial. “Para isso o plano também buscava complementar a infraestrutura energética e de transportes do país, prevendo insumos e benefícios cambiais para a instalação de um parque industrial mais avançado” (LEOPOLDI, 2002, p. 127). Mesmo sendo um tema conhecido e debatido amplamente no país, a aplicação de técnicas de planejamento pelo governo federal encontrou seu ápice no governo JK. Alguns exemplos demonstram os primeiros esforços neste sentido, como o Plano Quinquenal de Obras e Reparelhamento da Defesa Nacional, datado de 1942, o Plano Salte

(saúde, alimentação, transporte e energia), elaborado entre os anos de 1946 e 1947, e ainda as recomendações das chamadas Missão Cooke, de 1943, e Missão Abbink, de 1948. A base, porém, daquilo que viria a ser o Plano de Metas, encontra-se nos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e do Grupo Misto CEPAL-BNDE, ambos desenvolvidos nos primeiros anos da década de 1950. Porém, assim como afirma Gumiero (2013), “o debate entre as Comissões Mistas gerou concordâncias e discordâncias, o que nos permite afirmar que houve dois projetos de desenvolvimento em disputa” (GUMIERO, 2013, p. 129).

A partir dos conceitos de “pontos de estrangulamento” e “pontos de germinação” buscava-se eliminar os problemas de infraestrutura que impediam o crescimento da economia nacional, ao lado, é claro, de investimentos em áreas com crescimento em potencial, como o da indústria automobilística. Ao todo, o Plano de Metas agregava trinta objetivos a serem atingidos dentro de cinco anos, fato que sem dúvida alteraria a estrutura produtiva do país. Em aspectos gerais mencionavam-se cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. São eles: energia, transporte, indústria de base, educação e alimentação. Cabe destacar que cerca de 93% dos recursos foram alocados pelo governo nos três primeiros setores, demonstrando a diferença de tratamento dispensado aos dois últimos. A construção de Brasília que viria a ser a 31ª meta - ou a conhecida meta síntese - não estava incluída no documento original e veio a ser incorporada durante a campanha eleitoral de Juscelino. O objetivo central do governo era promover o desenvolvimento do setor industrial, fosse por investimentos diretos ou por políticas fiscais e cambiais que facilitassem a entrada de tecnologia e capital estrangeiros. Segundo Clóvis e Salomão:

Baseado na adoção de uma tarifa aduaneira efetivamente protecionista, complementada com um sistema cambial que subsidiava tanto a importação de bens de capital como de insumos básicos, e que atraía o investimento direto por parte do capital estrangeiro, e contando com uma política monetária e fiscal abertamente expansionista, o Programa de Metas pode ser considerado, no seu cerne, como uma diretriz deliberada de industrialização (FARO; QUADROS; 2002, pág. 84-85).

Estima-se que os resultados atingidos na execução das metas girem em torno de 67%, índice impressionante se levarmos em consideração, além das atenções e recursos despendidos com a construção de Brasília, os significativos problemas apresentados pelo balanço de pagamentos do país<sup>2</sup>. Outro número

---

<sup>2</sup> A tese de doutorado defendida por Celso Lafer na universidade de Cornell e publicada posteriormente sob o título “JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e

surpreendente e que demonstra o crescimento da economia brasileira durante o governo JK refere-se ao crescimento do PIB, apresentando uma taxa média de elevação de 8,27% entre os anos de 1957-61, contra 6,06% no quinquênio 1952-56, e 3,49% no período 1962-66. Porém as coisas não foram tão simples quanto podem parecer e os problemas não tardaram a aparecer.

### **Crescimento, inflação e endividamento: efeitos colaterais?**

A expansão industrial nos anos JK foi acelerada, tal como pretendia o plano de metas. Entre 1949 e 1955 a indústria de transformação crescera a uma taxa média anual de 8,9%. Em 1958 essa taxa atingiu o seu ápice: 16,2%, desacelerando em 1959 e 1960 para 11,9% e 9,6% ao ano (LEOPOLDI, 2002, p. 127). Como já foi dito no tópico anterior, muitos foram os pontos nos quais a execução do Plano de Metas obteve êxito. Contudo, diversos problemas foram causados juntamente pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo governo JK, seja com o aumento do custo de vida da população, o agravamento dos problemas urbanos nas principais cidades do país - causados em sua maioria pelo grande fluxo de migrantes que buscavam nestas cidades melhores condições de vida - e, principalmente, o aumento da dívida externa.

Este último fator é explicado sobretudo pela crise nas exportações de café ocorridas após 1956, sendo esta commodity a principal fonte de divisas do país e de grande influência no saldo positivo na balança comercial. Após um período de quedas exponenciais no valor da saca de café no mercado intencional, o Brasil se une a outros produtores na formação do Convênio Latino Americano do Café em 1958 e do Convênio Internacional do Café, em 1959. Este último estabelecia quotas de exportação do produto, sendo que:

A quota brasileira (17 milhões de sacas), dada a magnitude das safras, fez com que o Brasil tivesse que retirar do mercado cerca de 18 milhões de sacas de café, fazendo com que as pressões inflacionárias aumentassem consideravelmente a partir de 1959, enquanto os preços do café declinavam para 37 centavos de dólar por libra-peso em 1959 (e 1960) e as exportações totais, para US\$ 1282 (e US\$ 1269 respectivamente (MALAN, 1997, pág. 82).

O gráfico abaixo ajuda a elucidar a série de déficits acumulados pelo governo ao longo de cinco anos no poder.

---

*sistema político no Brasil*” constitui-se, ainda hoje, como o mais completo levantamento em relação a execução e consequentes resultados do Plano de Metas.



Tabela 2  
**Balanço de pagamentos, 1956-61**  
 (US\$ milhões)

	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Balança comercial	437	107	65	72	-23	113
Serviços	-369	-358	-309	-373	-459	-350
Merc. e serviços	68	-251	-244	-301	-482	-237
Transf. unilaterais	-11	-13	-4	-10	4	15
Transações correntes	57	-264	-248	-311	-478	-222
Capitais	151	255	184	182	58	288
Erros e omissões	-14	-171	-189	-25	10	-49
Saldo (superávit ou déficit)	194	-180	-253	-154	-410	115

Fonte: Relatórios do Banco Central, apud Doellinger et alii, 1977:33, 38 e 41.

Disponível em: LEOPOLDI, Maria A. P. *Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60)*. Pág. 107-140. In: GOMES, Angela de Castro (org). *O Brasil de JK*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002.

Como consequência desta série de desequilíbrios, o país encontra-se frente a necessidade de firmar empréstimos com bancos estrangeiros, caso, é claro, desejasse a manutenção da política econômica levada a cabo até então. Somando a este fato o grande volume de capital público gasto em investimentos de infraestrutura e também na construção de Brasília, assim como as isenções fiscais e cambiais concedidas ao capital estrangeiro afim de atrair novos investimentos, teremos então, como pode-se imaginar, uma situação que se dirige ao colapso. O grande problema dos empréstimos tomados pelo Brasil no exterior não era tanto o volume, pois este crescia em certa sincronia com PIB, mas sim suas condições, constituindo-se a maioria em empréstimos de curto e médio prazo, tendo como prazo limite o final de três anos. Este fato comprometia o equilíbrio das contas públicas e a liquidez interna do país, fato que se tornaria insustentável logo adiante, no governo Jânio Quadros.

Em 1959 o Brasil buscava junto ao Fundo o aval para um empréstimo aos bancos norte-americanos (US\$100 milhões do Eximbank e US\$58 milhões de bancos privados) e o direito de sacar no próprio FMI US\$74,9 milhões. Uma



equipe do FMI visitou o Brasil em março de 1959, e, a partir do exame da situação econômica brasileira, chegou ao seguinte diagnóstico:

- O serviço da dívida brasileira estava muito elevado. Não adiantaria, então, emprestar mais ao país, já que a dívida só aumentaria;
- A extensão do crédito do governo brasileiro ao setor privado era excessiva e inflacionária;
- O sistema cambial encontrava-se sob pressão, devido à grande demanda de divisas. A taxa de câmbio era considerada “irrealista, o sistema cambial não cumpria uma função anti-inflacionária e o balanço de pagamentos encontrava-se em crônico desequilíbrio” (LEOPOLDI, 2002, p. 125).

Encontrava-se o governo assim frente à uma difícil decisão: manter o crescimento, mesmo tendo em vista as consequências do modelo; ou “pisar no freio” e buscar estabilizar a situação econômica do país? A posição adota pelo governo pode ser representada pela emblemática frase de JK: “Há uma hora para conversar, para negociar, para procurar acomodações; há uma hora em que a cautela manda não ceder e dizer ‘não’” (trecho do discurso publicado no dia 18 de junho pelo jornal Última Hora, página 4).

### **A ruptura com o FMI sob a perspectiva da imprensa**

Antes de entrarmos na análise do material levantado, cabe salientarmos alguns aspectos importantes para compreendermos a relevância do estudo acerca dos periódicos selecionados. O primeiro diz respeito a circularidade destes jornais, fato de grande relevância tendo em vista que este se apresentava como principal veículo difusor de informações no meio público. Segundo a historiadora Marialva Barbosa (2010) a tiragem dos periódicos Jornal do Brasil, Última Hora e o Globo em 1958 era de 57 mil, 105 mil e 187mil, respectivamente. Somados os três periódicos tem-se um total de 249 mil exemplares/dia, números que representam a penetração destes veículos na cidade do Rio de Janeiro, com então aproximadamente 3 milhões de habitantes (não constam os dados referentes ao ano de 1959, mas podemos ter uma ideia do processo de crescimento editorial destes jornais se comparamos com os respectivos dados de 1960: 59 mil, 117 mil e 218 mil). Buscando demonstrar o poder de influência exercido pela mídia impressa, principalmente a partir das mudanças ocorridas nos grandes jornais, destaca Marialva:

Os jornais, ao priorizarem, a partir daí, um conteúdo enfeixado pela ideia de imparcialidade contida nos parâmetros da lide e na edição, no qual o corpo de copy-desk ganha destaque, e ao promoverem a padronização da linguagem, constroem para a imprensa o espaço de neutralidade absoluta. Com isso, passam a ter o reconhecimento do público como lugares emblemáticos para a difusão da informação, ainda que a carga opinativa não tenha sido alijada das publicações (BARBOSA, 2010, pág. 150).

A escolha dos três periódicos baseou-se nas diferentes interpretações acerca da matriz ideológica de cada um, sendo fundamental contrapormos as diferentes apresentações e representações frente ao fato selecionado, bem com estabelecer o diálogo com leituras já realizadas pela historiografia<sup>3</sup>. Sendo assim, buscamos principalmente salientar a insuficiência de rótulos como liberal ou neoliberal para explicar a tomada de decisões de um jornal. Existe uma série de interesses em jogo - explícitos ou implícitos - e que influenciam diretamente a tomada de posições no espaço social.

### **O Globo: a necessidade de continuarmos crescendo**

Dentre os periódicos analisados o jornal O Globo (OG) foi, sem dúvida, o que mais repercutiu os eventos referentes as negociações do governo com o FMI. Com base no material levantado, pode-se verificar que o jornal veiculou notícias acerca do tema em todas as edições do mês de junho, variando, é claro, a intensidade da sua abordagem. Já nos dois primeiros dias do mês o jornal apresenta notícias sobre o estado de saúde do Ministro da Fazenda Lucas Lopes, redigidas por um enviado especial à cidade de Caxambu, local de repouso do então ministro. O ataque cardíaco sofrido por Lucas Lopes antecede em alguns dias os impasses ocorridos nas negociações do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, sendo este, também, um dos fatores pelos quais se apressam as opiniões sobre uma possível mudança na pasta da Fazenda - fato que viria a ocorrer, com a nomeação de Sebastião Paes de Almeida.

Já no dia 4 de junho de 1959 o jornal publica uma longa reportagem com a intenção de tornar público os principais pontos da negociação com o FMI, contando com uma chamada na capa da edição e com um título que demonstra a relevância dada pelo OG ao assunto: “Fatos e revelações da maior gravidade

---

<sup>3</sup> A obra de Nelson Werneck Sodré sobre a história da imprensa no Brasil constitui-se como um dos pilares sobre o assunto, referência obrigatória para quem deseja se debruçar nos estudos sobre a imprensa. Deve-se atentar, porém, para as novas pesquisas que em muito contribuíram para atualizar o tema, privilegiando uma perspectiva da imprensa na sua relação com o social. Ver (BARBOSA, 2010).

sobre as negociações no FMI” (O Globo, 4 de junho de 1959, página 14). Buscando comentar tal matéria e “enunciar sua opinião”, é publicado na capa da edição do dia seguinte um editorial intitulado “Não pode o Brasil sacrificar o seu futuro!”, onde são apresentados alguns pontos referentes aos possíveis impactos da adoção das medidas preconizadas pelo Fundo:

Hoje desejamos comentar o assunto e sobre ele enunciar nossa opinião. Entendemos que os técnicos do FMI e os banqueiros que as aceitam literalmente estão cometendo grave erro em relação ao Brasil. Sem desconhecer a procedência de muitas críticas formuladas pelos financistas estrangeiros, sustentamos que estes assumem uma posição rígida ao desconhecerem, de maneira perigosa, a realidade brasileira. Pelos menos dois aspectos capitais da atual situação em nosso país estão sendo ignorados ou, então, são apreciados de maneira inadequada pelos técnicos do Fundo (O Globo, 5 de junho de 1959, capa).

Como o próprio título já deixa claro, o jornal busca demonstrar os malefícios que a adoção de uma política econômica sem bases na realidade nacional poderia gerar sobre o desenvolvimento do país. Sendo assim, dois principais “efeitos colaterais” são diagnosticados nas recomendações de tal instituição internacional:

(...) desejosos de corrigir os desajustamentos financeiros, que não negamos, sugerem medidas que comprometeriam o nosso surto econômico, por eles mal estimado. Há grave desordem financeira a corrigir; mas existe, por igual, flagrante progresso econômico que devemos preservar (O Globo, 5 de junho de 1959, capa).

Outro ponto levantado pelo jornal refere-se ao efeito do ajustamento cambial requerido pelos técnicos do Fundo Monetário Internacional sobre o custo de vida da população. Como segue:

Em segundo lugar os técnicos do FMI desconhecem ou não avaliam devidamente os possíveis efeitos de uma drástica disciplina financeira sobre o custo de vida no Brasil. O ajustamento cambial por eles reclamado com urgência redobrada teria efeitos diretos e desastrosos sobre o custo das utilidades, determinando, de imediato, nova onda de majorações que atingiria o país em geral. Ora, quem está atento ao panorama social brasileiro não pode ignorar que um novo movimento altista acarretaria consequências sociais imprevisíveis. O Governo está no dever de evitar que isso ocorra e, portanto, está no direito de aplicar uma política financeira que isso evite (O Globo, 5 de junho de 1959, capa).

Podemos destacar este editorial como uma chave de leitura para o posicionamento político-econômico do jornal O Globo, não apenas em frente ao fato em questão, mas também em relação a aspectos mais amplos. Ao contrário de uma visão superficial do posicionamento político-ideológico deste periódico, expressada por autores como Thomas Skidmore (1985) e reproduzida ao longo dos anos por diferentes autores, o simples rótulo de liberal - ou

neoliberal - acaba escondendo a diversidade de posições, por vezes até mesmo contraditórias, adotadas pelo OG. Ao contrário do que se poderia imaginar, o jornal manteve uma postura muito semelhante ao periódico Última Hora - o qual iremos abordar no próximo tópico - defendendo a manutenção da política adotada pelo governo em nome do desenvolvimento das bases produtivas nacionais. A discrepância entre a argumentação do jornal e o discurso liberal fica ainda mais nítida quando comparamos os editoriais com as colunas assinadas pelo economista Eugênio Gudín, principal expoente e propagador da corrente neoliberal no país, e que foram publicadas no próprio jornal O Globo. Na sua coluna do publicada no dia 12 de junho, escreve Gudín:

Vejo agora, pela leitura dos jornais, que são a minha fonte de informação, que o que o Fundo Monetário está pedindo que nós façamos é, muito aproximadamente, aquilo que eu sugerira. Mas qual não é meu espanto quando vejo que nosso Presidente “repelir” a sugestão, parece até que como ofensiva aos bríos nacionais (O Globo, 12 de junho de 1959, página 2).

Não buscamos com esta comparação sustentar uma postura “intervencionista” do jornal O Globo, longe disso. O que queremos é ressaltar as diferentes atitudes adotadas pelo periódico, as quais, aliás, não se orientam por uma determinada matriz ideológica, mas parecem refletir os interesses do jornal frente a determinadas situações - tanto buscando vantagens econômicas quanto políticas. Por último, vale observarmos que há nítida mudança no discurso produzido pelo jornal ao longo do mês de junho, principalmente após movimentos nacionalistas “encampar” a campanha contra as políticas do Fundo e a chamado “pressão colonialista”. No dia 19 de junho, o editorial publicado na capa da edição com o título “A última mistificação comuno-nacionalóide” argumenta em defesa da manutenção das negociações diretas de empréstimos com o governo norte-americano e busca “desmitificar” a tese levantada por setores nacionalista para a qual a Petrobrás estaria sendo exigida como moeda de troca de empréstimos nacionais. Alguns outros editoriais publicados na seqüência, como no dia 23 de junho “Passa o Governo; fica o Brasil!”, e no dia 24 de junho “Afonso Pena: dignidade, austeridade e patriotismo” apresentam um discurso muito diferente daqueles publicados no início do mês, apontando senão um alinhamento com as teses defendidas pelo FMI, ao menos aproximação com tal posição.

## Última Hora e a “Rebelião” do Brasil: em defesa do desenvolvimento nacional

Diferente da ampla cobertura dada ao evento pelo jornal OG, o periódico UH dispensa pouca atenção aos primeiros sinais de impasse nas negociações com o FMI. Embora publique algumas pequenas notas, é apenas no dia 10 de junho que o jornal iria publicar oficialmente a ruptura com tal instituição. Neste primeiro momento a posição do jornal é um pouco dúbia e, ao que dá a entender, parece não fazer grande alarde as voltas do assunto. Após a publicação acima citada, no dia 11 de junho um editorial de apoio a decisão do governo Juscelino é publicado, com o título “A nação está com JK!”, onde segue:

O Presidente Kubitschek resolveu não concordar com a política de frondição que o Fundo Monetário Internacional nos queria impor, isto é, a política que provocou, com rapidez impressionante, na Argentina, o colapso da sua industrialização e das tentativas de desenvolvimento e emancipação econômica, ao mesmo tempo que levou a nação à beira da guerra civil e da revolução social. Fez muito bem! (Última Hora, 11 de junho de 1959, página 4).

Percebemos aqui uma referência ao ocorrido na Argentina, país que adotou o receituário econômico do FMI e que acabou sendo levado a um período de recessão ainda maior. Além disto, há também claras congratulações a figura de JK, responsável direto pela interrupção das negociações. Ainda neste mesmo editorial:

(...) o Sr. Kubitschek pode estar certo de que terá a seu lado toda a nação brasileira. O Brasil não é mais “Banana Republic” para se sujeitar à orientação colonialista de quem quer que seja; (Última Hora, 11 de junho de 1959, página 4).

Adotando uma postura muito semelhante ao verificado no jornal OG, percebe-se, porém, que a linha argumentativa adotada pelo UH tende a uma defesa de um nacionalismo radical, utilizando por diversas vezes palavras como imperialista e colonizador para qualificar as ações do Fundo Monetário Internacional - assim, também, como de todo capital especulativo estrangeiro. E indo além, proclama em suas páginas o jornal UH o êxito da adoção de tal postura brasileira frente as exigências do Fundo, prevendo a generalização da ruptura com este organismo por outros países da América Latina, como no trecho:

Trata-se, incontestavelmente, de uma vitória do Brasil, que aliás não está sozinho nas suas queixas contra o Fundo. (...) A “rebelião” do Brasil teve o mérito de revelar atitudes de protesto que se vinham processando nos bastidores e que a alta direção do Fundo não considerava suficientes para modificar sua sacrossanta política, imposta indiscriminadamente, a todos os países que recorriam aos seus empréstimos (Última Hora, 16 de junho de 1959, capa).

Contudo, um ponto que nos chama atenção, tendo em vista esta aversão as recomendações do Fundo - é a defesa da manutenção das relações diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos, país este que, em última estância, é tido como líder deste organizamos internacional. No editorial publicado no dia 15 de junho e intitulado “As provocações em torno do FMI só interessam aos que não desejam uma solução para a crise”, segue o seguinte texto:

Passada a fervura do primeiro momento, é preciso botarmos a cabeça no lugar para examinar, a frio, os fatos neste conflito aberto entre o Fundo Monetário Internacional e o Brasil. A nós do ÚLTIMA HORA interessa exclusivamente encontrar a solução que atenda aos direitos e às necessidades do nosso país e que evite alargar o afastamento no caminho em que marcham juntos Brasil e Estados Unidos com objetivos comuns (Última Hora, 15 de junho de 1959, página 4).

Por mais inesperado que possa soar este tipo de declaração, tendo em vista os primeiros comentários feitos pelo jornal em relação as “pressões colonizadoras”, cabe ressaltar que tal argumentação alinha-se a posição adotada por JK, e que, podemos dizer, está no cerne da própria tomada de posição do então presidente. Muito ao contrário do que possa parecer, a interrupção das negociações com o FMI não tinha como objetivo refutar o capital estrangeiro em prol de um desenvolvimento nacionalista. Muito pelo contrário, o que estava em questão era o interesse de Juscelino na concessão de empréstimos do governo norte-americano ao Brasil, ou seja, um empréstimo junto aos cofres públicos dos Estado Unidos, com taxas de juros menores e melhores condições de amortização da dívida. Dito isto, fica claro o sentido do trecho “marcham juntos Brasil e Estado Unidos com objetivos comuns”, tendo em vista a necessidade de aproximação entre os países caso o governo desejasse manter sua política - inflacionária e desregulada - de crescimento.

### **Jornal do Brasil: o receituário de um remédio letal**

Dentre os periódicos aqui analisados, o Jornal do Brasil é aquele com maior tradição, tendo sido fundado ainda na última década do século XIX. Identificado como um jornal de posicionamento conservador, possui a interessante característica de ser o primeiro veículo impresso a ser financiado apenas pelo seu espaço de classificados, o que lhe renderia o curioso apelido de “jornal das empregadas”. Contudo, seu conteúdo é voltado para camadas com maior instrução, contendo diversas páginas voltadas a atividades culturais e eruditas. Após estas pequenas considerações, cabe entrarmos no objetivo da nossa investigação.

Contrariando aquilo que se poderia inferir com base na literatura sobre este periódico, o JB apresenta uma crítica contundente as recomendações do FMI. Assemelhando-se a postura tanto do OG quanto do UH, o foco principal da argumentação deste jornal está no desconhecimento da realidade nacional por parte dos técnicos do Fundo e dos efeitos perversos da adoção de suas exigências. No editorial do dia 13 de junho, intitulado com a metáfora “o remédio e o doente”, argumenta:

De fato, as exigências feitas pelo FMI, se executadas da maneira por ele preconizada, poderiam agravar o problema social no Brasil, coisas que nenhum brasileiro de bom senso deseja. A principal crítica que podemos fazer ao FMI é a de que ele encara sob um ponto de vista exclusivamente técnico um problema que é social, econômico, político e até estratégico. As graves questões que afligem um país em fase de crescimento rápido, mas tumultuário não podem ser resolvidas como se fossem problemas de matemática. A aplicação das medidas solicitadas pelo FMI para que, entre outras coisas, conseguir-se a estabilidade financeira no Brasil, criando um clima favorável aos investimentos privados, podem causar exatamente o contrário do que se pretende. As perturbações sociais perigosas à tranquilidade do país, previstas pelo governo brasileiro para caso de serem seguidas, à risca, as instruções do FMI, poderão criar - e de maneira definitiva - um clima absolutamente desfavorável aos investimentos privados (Jornal do Brasil, 13 de junho de 1959, página 3).

Divergindo dos demais periódicos quanto a ênfase dada a questão nacionalista, a opinião do jornal frente aos aspectos centrais das negociações com o FMI é completamente convergente a dos outros dois jornais. O receituário incorreto poderia levar o Brasil a uma situação de agravamento dos problemas já existentes - vimos como o UH lembrava o exemplo argentino - e levar ao colapso um país já “doente”. Além do que, a dose do remédio proposto não conduziria com as reais necessidades do país, sendo inaceitável a aplicação de um modelo rígido de recuperação, sem base nas especificidades locais<sup>4</sup>. Como segue:

Não se pode propor um remédio que seja capaz de matar o doente. O Brasil, com todos os erros que lhe possam ser apontados, não é um campo de provas para teorias econômicas. O FMI exige as mesmas medidas a todos os países que o procuram, sem levar em conta as diferenças que existem entre povos, territórios, sistemas políticos, potenciais econômicos e estágios de civilização. (Jornal do Brasil, 13 de junho de 1959, página 3).

---

<sup>4</sup> Neste mesmo editorial, o economista Lucas Lopes, que havia a pouco se afastado da pasta da Fazenda por problemas de saúde, é citado pelo jornal como defensor das políticas recomendadas pelo FMI. Vale lembrar que enquanto esteve à frente de tal ministério Lucas Lopes buscou implementar seu Plano de Estabilização Monetária, que em muito se confundiu com os diagnósticos do próprio Fundo.

Ademais, são cobradas medidas do governo norte-americano para solucionar o impasse no qual o Brasil se encontrava, devendo partir do governo americano iniciativas de apoio ao seu leal aliado. Sendo assim, podemos perceber a semelhança na argumentação do JB com os demais jornais, o que torna ainda mais interessante este estudo de caso por nos revelar a complexa teia de interesses e opiniões com os quais estes veículos atuam sobre o espaço social, as quais escapariam a uma leitura rasa e linear calcada somente em modelos rígidos de interpretação.

### Considerações finais

Afim de tentarmos retomar alguns aspectos levantados neste artigo e tecer alguns comentários gerais sobre os resultados desta pesquisa, discorreremos sobre dois temas pontuais. O primeiro aspecto que merece ser destacado diz respeito ao posicionamento dos jornais frente ao ocorrido. Muito além de uma mera reprodução de opiniões orientadas segundo matrizes ideológicas distintas, o acompanhamento do debate acerca do tema permite notar as diferentes estratégias adotadas pela imprensa frente a um episódio de grande relevância e com impactos diretos na política-econômica do país. Buscando superar interpretações lineares, produzidas e reproduzidas ao longo dos anos, é de suma importância fomentar pesquisas que busquem compreender o universo de opiniões produzidas pelos jornais, constituídos como atores sociais com potencial de penetração e divulgação no meio público sem igual no período em questão.

*Last but not least*, pode-se perceber uma verdadeira “luta de representação” sobre o espaço social na qual está em disputa a imposição de uma visão legítima sobre o real. Vale lembrar os diferentes aspectos que são mobilizados pela imprensa na tentativa de atribuir sentido frente a algo desconhecido - ou um fato inédito. A utilização de metáforas, exemplos de outros países e de outros acontecimentos, assim como a ênfase em determinados aspectos - bem como sua negação - demonstram algumas das armas utilizadas por tais periódicos na tentativa de atribuir sentido a um determinado fato e produzir, sobre tal, uma interpretação legítima.



---

**Bibliografia**

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

GUMIERO, Rafael. **Projetos de desenvolvimento em disputa: o debate entre a Comissão Mista Brasil-Estado Unidos e o Grupo Misto Cepal-BNDE**. In: *Revista Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, pp. 129-150, jul.-dez. 2013.

LAFER, Celso. **JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LEOPOLDI, Maria A. *Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960)*. In: **GOMES, Angela C. (org). O Brasil de JK**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MALAN, Pedro S. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. In: FAUSTO, Bóris (org.). **O Brasil republicano, tomo III: economia e cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2011

---

**Abstract:** The objective of this paper is to analyze the positioning of the large carioca press about the "breaking" of the government of Juscelino Kubitschek in relation to the economic policies recommended by the International Monetary Fund (IMF), episode that occurred in the government's fourth year (1959) and that allows us to understand the complexity of the development model adopted in the country, as well as their presentation / representation in the media. To delimit our analysis, we selected three of Rio's newspapers with greater circulation and prestige in the period, which are: **O Globo, Jornal do Brasil** and **Última Hora**. It is noteworthy that, according to the historiography, such periodic align the different ideological currents, enabling the analysis of different approaches to the subject and its movement in the social environment.

**Key words:** Juscelino Kubitschek. Press. IMF

---